



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Sapucaia do Sul
Procuradoria Geral do Município
Gabinete do Procurador Geral**



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS (MENSAGEM) Nº 029, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Processo nº
Nº 20955 / 488 / 2018



Senhor Presidente,

Tenho a honra de me dirigir à presença de Vossa Excelência para encaminhar a esse Egrégio Poder Legislativo, para apreciação e voto, o incluso projeto de lei, que **"Regulamenta o pagamento de honorários de sucumbência aos Procuradores e Advogados públicos do Município de Sapucaia do Sul, com fundamento no art. 22 da Lei Federal nº 8.906/1994 e art. 85, §19 da Lei Federal nº 13.105/2015"**.

A presente proposição tem por escopo disciplinar a recente legislação federal que instituiu o novo Código de processo Civil (Lei nº 13.105/2015) no âmbito do Município de Sapucaia do Sul.

Dispõe o §19 do art. 85 da Lei Federal que os *"advogados públicos perceberão honorários de sucumbência, nos termos da lei"*. Desse dispositivo legal impõe-se concluir que os Procuradores e os Advogados públicos efetivos do Município são destinatários dos honorários advocatícios de sucumbência nas hipóteses em que restar vencedora parte patrocinada pela Procuradoria-Geral do Município de Sapucaia do Sul.

Além disso, os honorários advocatícios constituem direito dos Advogados, conforme disposição expressa do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil – Lei 8.906, de 04 de julho de 1994, que assim dispõe em seus artigos, *in verbis*:

Art. 3º. O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

§1º. Exercem atividade de advocacia, sujeitando-se ao regime desta lei, além do regime próprio a que se subordinem, os integrantes da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional, da Defensoria Pública e das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas entidades de administração indireta e fundacional.

(...)

Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

Art. 23. Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor.

Art. 24. A decisão judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que os estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado na falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extrajudicial.

(...)

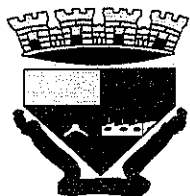
§ 3º É nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou convenção individual ou coletiva que retire do advogado o direito ao recebimento dos honorários de sucumbência". (grifo nosso).

Exmo. Sr.
DD. Nelson Brambila
Presidente da Câmara Municipal
Sapucaia do Sul – RS
Nesta.

SECRETARIA DA MESA

O presente expediente foi apresentado em plenário.

EM 27/11/2018
na 78ª reunião da 2ª Sessão
legs. da 14ª legs.



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Sapucaia do Sul
Procuradoria Geral do Município
Gabinete do Procurador Geral**



Daí a razão de se regulamentar a percepção dessa verba como prerrogativa do Procurador e do Advogado público efetivo do Município de Sapucaia do Sul e disciplinar a sua distribuição.

Importante registrar que os honorários advocatícios sucumbenciais têm natureza privada, pois são pagos pelo vencido e destinados, de acordo com o novo Código de Processo Civil, aos advogados públicos, não havendo qualquer aumento de despesa pública.

Elucidativamente, destaca-se que as advocacias públicas de 24 (vinte e quatro) Estados-membros e do Distrito federal já regulamentaram a percepção dos honorários de sucumbência. Além disso, com a Lei Federal nº 13.327/2016, a advocacia pública federal disciplinou acerca da matéria em termos similares.

Salienta-se que os Procuradores e Advogados públicos do Município defendem, em juízo, o Município de Sapucaia do Sul, por força da dicção do art. 75, inc. III do Código de Processo Civil. Vale dizer que são responsáveis pela defesa do Poder Executivo e Legislativo, bem como por toda consultoria jurídica desses entes estatais e seus órgãos.

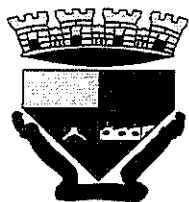
Assim, com o presente projeto de lei, pretende-se o fortalecimento da Administração Pública municipal, sobretudo considerando-se o importante papel da advocacia pública na defesa do Município de Sapucaia do Sul.

Essas são, pois, as razões que justificam a presente proposição.

No aguardo da manifestação dessa Colenda Casa Legislativa, colhemos o ensejo para renovar nossos protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,


Luis Rogério Link
Prefeito Municipal



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Sapucaia do Sul
Procuradoria Geral do Município
Gabinete do Procurador Geral**



PROJETO DE LEI Nº (...) / 2018

Proj. Lei Exec Nº
Nº 031 / 2018

Regulamenta o pagamento de honorários de sucumbência aos Procuradores e Advogados públicos do Município de Sapucaia do Sul, com fundamento no art. 22 da Lei Federal nº 8.906/1994 e art. 85, §19 da Lei Federal nº 13.105/2015.

LUIS ROGÉRIO LINK, Prefeito Municipal de Sapucaia do Sul, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, com fundamento no artigo 82, inciso III, da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º. Nas ações judiciais de qualquer natureza em que for parte o Município de Sapucaia do Sul, os honorários advocatícios de sucumbência fixados por arbitramento e/ou acordos pertencem integralmente aos Procuradores e Advogados do Município ocupantes de cargo de provimento efetivo, nos moldes do art. 22 da Lei nº. 8.906/94 c/c o art. 85, §19 da Lei nº 13.105/2015.

§1º. O disposto no caput tem validade para todas as ações ajuizadas.

§ 2º. Os honorários constituem verba variável, não incorporável e não computável para cálculo de qualquer vantagem remuneratória.

§ 3º. Os honorários serão partilhados em partes iguais entre os Procuradores e Advogados do Município ocupantes de cargo efetivo.

§4º. Os honorários previstos no caput deste artigo são verbas de natureza privada e de caráter alimentar, não constituindo encargos ao Tesouro Municipal, ainda que depositados em contas de titularidade do Município, sendo pagos exclusivamente pela parte sucumbente ou devedora.

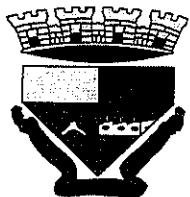
§5º. Fazem jus aos honorários que aludem o "caput" do artigo 1º desta Lei os servidores que exerçam função de Procurador e Advogado Públicos de provimento efetivo, nos termos do "caput" do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Art. 2º. Os termos do artigo 1º desta Lei serão estendidos aos ocupantes de cargos comissionados lotados na PGM com poderes de representação judicial e que estiverem devidamente inseridos no instrumento procuratório outorgado pelo Prefeito Municipal.

§1º. Os cargos comissionados mencionados no caput deste artigo farão jus aos honorários sucumbenciais, que serão contabilizados sobre todos os processos ajuizados a partir de seus respectivos atos de nomeação.

§2º. A perda do cargo comissionado por meio de aposentadoria, demissão ou exoneração, impede a continuidade da percepção dos honorários de sucumbência pelo servidor.

Art.3º. Considera-se em exercício para fins de recebimento dos honorários de sucumbência o Procurador ou Advogado Público do Município que estiver em gozo das licenças previstas no artigo 114, inc. I, II, IV, IX e XIII da Lei Municipal 2.028/1997.



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Sapucaia do Sul
Procuradoria Geral do Município
Gabinete do Procurador Geral**



Parágrafo único. Será excluído da distribuição de honorários o titular do direito que perder o cargo por exoneração, demissão, aposentadoria ou falecimento.

Art.4º. Os valores referentes aos honorários de sucumbência serão recolhidos ao fundo de honorários, em conta bancária do Tesouro Municipal aberta exclusivamente para depósitos e posteriores rateios.

Art.5º. Fica criada a Comissão Gestora dos Honorários de Sucumbência composta por três Procuradores ou Advogados Públicos estáveis, que será responsável pela fiscalização da arrecadação dos honorários, bem como sua distribuição nos termos desta Lei.

§1º. A Comissão Gestora dos Honorários de Sucumbência será eleita para mandato de 02 (dois) anos, permitida sua recondução, sendo assegurado o direito a voto a todos os Procuradores e Advogados públicos lotados na Procuradoria Geral do Município.

§2º. Competirá a Secretaria Municipal da Fazenda informar mensalmente a Comissão Gestora dos Honorários de Sucumbência quanto ao montante dos honorários de sucumbência recebidos e depositados, através de Boletim Informativo Contábil.

Art. 6º. A parcela de honorários de sucumbência será incluída na folha de pagamento do mês subsequente ao de seu recebimento.

Parágrafo único. Sobre a parcela dos honorários advocatícios de sucumbência referidos neste artigo somente incidirá desconto relativo ao imposto de renda de pessoa física.

Art.7º. É dever da Comissão Gestora dos Honorários de Sucumbência a prestação de contas mensal dos recebimentos e rateio das verbas honorárias, registrando e conferindo publicidade de todos os seus atos decisórios.

Parágrafo único. Qualquer controvérsia sobre os valores e rateio dos honorários será dirimida pela Comissão Gestora dos Honorários de Sucumbência.

Art.8º. É nula qualquer disposição, cláusula, regulamentação ou ato administrativo que retire do Procurador ou Advogado do Município de Sapucaia do Sul o direito ao recebimento e rateio dos honorários advocatícios de que trata essa Lei.

Art.9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.10. Ficam revogados o art. 3º e o inc. I do art. 4º ambos da Lei Municipal nº 3.473 de 02 de outubro de 2013.